

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2020

DENOMINAÇÃO SURPRESA DO BEBÉ – CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA - ASSOCIAÇÃO

MORADA Rua da Natária

N. 65 **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Paranhos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4250-327

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 12 de Maio , 2021

12 de Maio , 2021

ASSINATURAS: f. Miranda

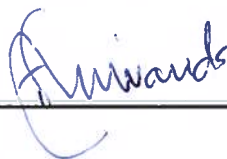
ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Signature]
[Signature]

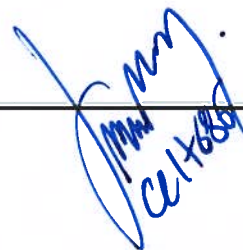
Fernanda Miranda

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	12 164,72	2 937,39
Investimentos financeiros	11.13	398,12	261,07
		12 562,84	3 198,46
Ativo corrente			
Inventários	6	430,74	1 080,87
Créditos a receber	11.12	0,00	81,92
Estado e outros entes públicos	11.6	589,88	288,62
Diferimentos	11.2	2 133,22	2 334,44
Outros ativos correntes	11.1	0,00	42,40
Caixa e depósitos bancários	11.3	1 750,87	8 070,38
		4 904,71	11 898,63
Total do ativo		17 467,55	15 097,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.4	-26 872,25	-25 220,90
		-26 872,25	-25 220,90
Resultado líquido do período		11 664,98	-1 651,35
Total dos fundos patrimoniais		-15 207,27	-26 872,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	0,00	7 142,21
		0,00	7 142,21
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	391,93	1 574,83
Estado e outros entes públicos	11.6	4 943,10	4 305,63
Financiamentos Obtidos	5	959,70	0,00
Diferimentos	11.2	5 032,15	5 390,00
Outros passivos correntes	11.7	21 347,94	23 556,67
		32 674,82	34 827,13
Total do passivo		32 674,82	41 969,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17 467,55	15 097,09

A Direção



Contabilista Certificado



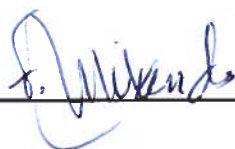
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	7	80 990,50	84 216,88
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.8	120 190,22	112 465,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-8 649,24	-14 099,29
Fornecimentos e serviços externos	11.9	-42 403,25	-42 273,76
Gastos com o pessoal	9	-150 550,14	-145 062,83
Outros rendimentos	7/ 11.10	15 735,13	4 290,30
Outros gastos	11.11	-2 533,70	-335,52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 779,52	-798,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1 114,54	-852,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 664,98	-1 651,35
Resultados antes de impostos		11 664,98	-1 651,35
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		11 664,98	-1 651,35

A Direção



Contabilista Certificado



ASSOC. SURPRESA DO BÉBÉ - CRECHE E JARDIM INFÂNCIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		78 554,78	84 898,77
Pagamentos a fornecedores		-47 216,17	-49 152,56
Pagamentos ao pessoal		-102 546,70	-95 662,21
Caixa gerada pelas operações		-71 208,09	-59 916,00
Outros recebimentos/pagamentos		66 415,17	59 272,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4 792,92	-643,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 386,95	0,00
Investimentos financeiros		-139,64	-141,98
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 526,59	-141,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-6 319,51	-785,32
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 070,38	8 855,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	1 750,87	8 070,38

A Direção

Francisco Miranda

Contabilista Certificado

[Assinatura]
21/12/20

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Página: 1 de 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré - Escolar	PERÍODOS	
				2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	49 576,08	31 414,42	80 990,50	84 216,88
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 e 9	-112 811,80	-46 387,58	-159 199,38	-159 162,12
Resultado Bruto		-63 235,72	-14 973,16	-78 208,88	-74 945,24
ISS, IP - Centro Distrital	8	120 190,22	0,00	120 190,22	106 141,08
Outros Rendimentos	11.8/11.10	11 368,22	4 366,91	15 735,13	10 614,86
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	4 e 11.9	-35 441,67	-8 076,12	-43 517,79	-43 126,53
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.11	-1 722,92	-810,78	-2 533,70	-335,52
Resultado operacional (antes de financiamento e		31 158,13	-19 493,15	11 664,98	-1 651,35
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		31 158,13	-19 493,15	11 664,98	-1 651,35
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		31 158,13	-19 493,15	11 664,98	-1 651,35

A Direção

O Contabilista Certificado




SURPRESA DO BEBÉ – CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA - ASSOCIAÇÃO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Custos de Empréstimos Obtidos	10
6	Inventários	11
7	Rédito.....	11
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
9	Benefícios dos Empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações	13
11.1	Outros Ativos Correntes.....	13
11.2	Diferimentos	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores	14
11.6	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.7	Outros Passivos Correntes	15
11.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	15
11.9	Fornecimentos e Serviços Externos	15
11.10	Outros Rendimentos.....	16
11.11	Outros Gastos	16
11.12	Créditos a Receber	16
11.13	Investimentos Financeiros	16
11.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

A Surpresa do Bebê – Creche e Jardim de Infância - Associação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº131 de 10 de Junho de 2006.

Tem sede na Rua da Natária nº 65, no concelho do Porto.

Fins – creche e jardim-de-infância – secundariamente: contribuir para a educação integral, promoção humana, social e moral, em ordem de resolução de problemas nas áreas da infância; promover uma adequada orientação e formação na vertente educacional da criança; promover a criação de equipas técnicas dotadas de capacidade para a educação e formação nas áreas da infância.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Activos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Edifícios e Outras Construções	32 000,00				32 000,00
Equipamento Básico	28 348,64	737,89			29 086,53
Equipamento de Transporte	28 306,01	9 499,00	28 306,01		9 499,00
Equipamento Administrativo	4 975,84	104,98			5 080,82
Outros Ativos Fixos Tangíveis	850,67				850,67
Ativo Tangível Bruto	94 481,16	10 341,87	28 306,01	0,00	133 129,04
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	32 000,00				32 000,00
Equipamento Básico	26 699,25	612,35			27 311,60
Equipamento de Transporte	28 306,01	158,32	28 306,01		158,32
Equipamento Administrativo	3 687,84	343,87			4 031,71
Outros Ativos Fixos Tangíveis	850,67				850,67
Depreciações Acumuladas	91 543,77	1 114,54	28 306,01	0,00	120 964,32
Ativo Tangível Líquido	2 937,39	9 227,33	0,00	0,00	12 164,72

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	959,70		959,70	0,00	7 142,21	7 142,21
Total	959,70	0,00	959,70	0,00	7 142,21	7 142,21

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020				2019			
	Saldo Inicial	Amortização	Aumentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Amortização	Aumentos	Saldo Final
José Miranda	4 880,00	3 920,30	0,00	959,70	5 380,00	500,00	0,00	4 880,00
Maria Miranda	2 262,21	2 322,21	60,00	0,00	2 575,32	313,11	0,00	2 262,21
Total	7 142,21	6 242,51	60,00	959,70	7 955,32	813,11	0,00	7 142,21

A Entidade obteve empréstimos junto de associados durante o exercício de 2012 para fazer face a dificuldades de tesouraria que ainda se encontram por amortizar conforme mapa anterior.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	430,74	1 080,87
Total	430,74	1 080,87

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	1 080,87	394,70
Compras	6 291,25	8 621,36
Doações	1 707,86	6 164,10
Saldo Final	430,74	1 080,87
Gastos do Período	8 649,24	14 099,29

7 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2020	2019
Prestação de Serviços	80 990,50	84 216,88
Quotas do Utilizadores	80 984,50	84 216,88
Quotas e Jóias	6,00	0,00
Total	80 990,50	84 216,88

8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2020			2019		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)				105 447,12			106 141,08
ISS, IP - LayOff				9 470,33			0,00
IEFP	0,00	0,00	0,00	2 798,60	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	117 716,05	0,00	0,00	106 141,08

A Instituição esteve em regime de layoff simplificado no período de Abril a Maio, tendo recebido o apoio de 9.470,33€ do ISS, IP, correspondente a 2/3 das remunerações dos trabalhadores abrangidos, bem como a isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social (22,30%).

9 Benefícios dos Empregados

O número de membros do órgão diretivo é 5 elementos. Durante o exercício de 2020 não se verificaram alterações na composição do órgão diretivo.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2020 e de 2019 foi de 11. Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de uma colaboradora ao abrigo de programas de estágio profissional protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	123 581,02	118 912,81
Indemnizações	0,00	376,25
Encargos Sobre Remunerações	22 113,71	24 595,07
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 431,76	968,24
Outros Gastos com o Pessoal	221,00	210,46
Estágio Profissional	3 202,65	0,00
Total	150 550,14	145 062,83

*A Instituição esteve em layoff simplificado no período de Abril a Maio.

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações do Pessoal	0,00	42,40
Total	0,00	42,40

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	609,22	818,44
Rendas Antecipadas	1 524,00	1 516,00
Total	2 133,22	2 334,44
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	5 032,15	5 390,00
Total	5 032,15	5 390,00

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	6,92	79,27
Depósitos à Ordem	1 743,95	7 991,11
Total	1 750,87	8 070,38

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	-25 220,90		-1 651,35	-26 872,25
Total	-25 220,90	0,00	-1 651,35	-26 872,25

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	391,93	1 574,83
Total	391,93	1 574,83

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA - A Recuperar	589,88	288,62
Total	589,88	288,62
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 094,00	988,93
Segurança Social	3 831,60	3 307,69
FCT e FGCT	17,50	9,01
Total	4 943,10	4 305,63

11.7 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	21 347,94	0,00	23 543,25
Remunerações a Liquidar	0,00	21 148,12	0,00	22 949,63
Outras Despesas Diferidas	0,00	199,82	0,00	593,62
Outros Credores	0,00	0,00	0,00	13,42
Total	0,00	21 347,94	0,00	23 556,67

11.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu nos períodos de 2020 e 2019 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	117 716,05	106 141,08
Doações e Heranças	2 474,17	6 324,56
Total	120 190,22	112 465,64

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	8 881,59	9 236,13
Materiais	5 260,41	3 678,47
Energia e Fluidos	4 092,01	4 523,09
Deslocações e Estadas	40,00	160,80
Serviços Diversos	23 359,75	24 063,50
Encargos com Utentes	769,49	611,77
Total	42 403,25	42 273,76

11.10 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Correções Exercícios Anteriores	19,45	148,63
Indemnização Seguro	0,00	604,67
Subsídio Alimentação Espécie	6 715,68	3 537,00
Alienação Imobilizações Corpóreas	9 000,00	0,00
Total	15 735,13	4 290,30

11.11 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	193,26	209,52
Correções Exercícios Anteriores	2 244,44	0,00
Quotizações	96,00	96,00
Outros	0,00	30,00
Total	2 533,70	335,52

11.12 Créditos a Receber

O saldo da rubrica de “Créditos a Receber” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Utentes c/c	0,00	81,92
Total	0,00	81,92

11.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros - FCT	398,12	261,07
Total	398,12	261,07

11.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:

Creche: 32

Pré – Escolar: 16

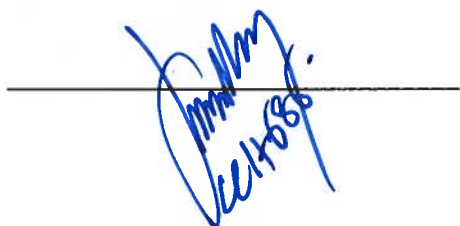
11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Março 2021

O Contabilista Certificado



A Direção

